

Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.

*Apresentação das informações trimestrais
em 31 de Março de 2014 e Relatório sobre
a revisão de informações trimestrais dos
Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - “Interim Financial Reporting”, emitida pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - “Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2013

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.2, em decorrência da adoção do CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido Para Venda e Operação Descontinuada, os valores correspondentes à demonstração de resultado do período de três meses findo em 31 de março de 2013, apresentados para fins de comparação, foram reclassificados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Antonio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	8.461	25.798
Contas a receber	4	192.152	177.359
Estoques	5	36.585	36.288
Tributos a recuperar	6	33.618	38.673
Adiantamento a fornecedores		164	529
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	7.516
Outras contas a receber - Venda da investida	7	27.427	26.785
Outros ativos		<u>9.816</u>	<u>6.516</u>
		<u>308.223</u>	<u>319.464</u>
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber	4	1.448	1.414
Tributos a recuperar	6	44.211	42.764
Tributos diferidos	16	5.034	-
Depósitos judiciais	17	10.379	10.053
Outras contas a receber - Venda da investida	7	<u>48.425</u>	<u>47.290</u>
		<u>109.497</u>	<u>101.521</u>
Investimentos	8	87.392	87.392
Imobilizado	9	1.264.838	1.224.476
Intangível	10	<u>73.848</u>	<u>68.392</u>
		<u>1.426.078</u>	<u>1.380.260</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>1.843.798</u>	<u>1.801.245</u>

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL

LEVANTADO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	55.448	37.904
Empréstimos e financiamentos	12	49.138	12.764
Debêntures	13	120.203	112.532
Salários e encargos sociais		23.587	19.186
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		976	960
Imposto de renda e contribuição social		6.161	-
Tributos a pagar	18	4.576	7.084
Participação nos lucros a pagar	15	573	18.697
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		40.990	40.990
Instrumentos financeiros derivativos	25	3.289	-
Outros passivos		<u>3.547</u>	<u>4.866</u>
		<u>308.488</u>	<u>254.983</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	17.243	58.749
Instrumentos financeiros derivativos	25	-	267
Debêntures	13	448.433	448.238
Programa de recuperação fiscal (REFIS)		9.351	9.444
Tributos diferidos	16	-	2.478
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	11.387	10.573
Outros passivos		<u>121</u>	<u>-</u>
		<u>486.535</u>	<u>529.749</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>795.023</u>	<u>784.732</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital	19	554.850	553.232
Reservas de capital	19	12.418	10.231
Reservas de lucros	19	447.862	447.862
Ajuste de avaliação patrimonial	19	(227)	5.188
Lucro do período		<u>33.872</u>	<u>-</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.048.775</u>	<u>1.016.513</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.843.798</u>	<u>1.801.245</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Receita líquida de vendas e serviços	21	207.821	188.428
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22	<u>(79.047)</u>	<u>(68.416)</u>
LUCRO BRUTO		128.774	120.012
Despesas gerais e administrativas	22	<u>(61.887)</u>	<u>(52.929)</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>66.887</u>	<u>67.083</u>
Receitas financeiras	23	4.017	2.133
Despesas financeiras	23	<u>(20.565)</u>	<u>(11.335)</u>
DESPESAS FINANCEIRAS, LÍQUIDAS		(16.548)	(9.202)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>50.339</u>	<u>57.881</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente		(21.189)	(20.507)
Imposto de renda e contribuição social diferido		<u>4.722</u>	<u>258</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	(16.467)	(20.249)
RESULTADO DE OPERAÇÕES CONTINUADAS		<u>33.872</u>	<u>37.632</u>
RESULTADO DE OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	2.2	<u>-</u>	<u>1.629</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>33.872</u>	<u>39.261</u>
Lucro básico por ação - R\$	20(a)	<u>0,27</u>	<u>0,31</u>
Lucro diluído por ação - R\$	20(b)	<u>0,26</u>	<u>0,31</u>
RESULTADO POR AÇÃO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS			
Resultado básico por ação - R\$	20(a)	<u>0,27</u>	<u>0,30</u>
Resultado diluído por ação - R\$	20(b)	<u>0,26</u>	<u>0,30</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		33.872	39.261
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE			
ITENS QUE NÃO SERÃO RECLASSIFICADOS POSTERIORMENTE PARA O RESULTADO			
Hedge de fluxos de caixa líquido de impostos diferidos	25	<u>(5.415)</u>	<u>(509)</u>
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		<u>28.457</u>	<u>38.752</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2013
(Em milhares de reais) - Não auditado

	Capital social subscrito	Reserva de capital	Reservas de lucros			Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
			Legal	Reserva de expansão	Especial				
EM 1º DE JANEIRO DE 2013	<u>537.625</u>	<u>233</u>	<u>20.768</u>	<u>61.243</u>	<u>808</u>	<u>238.949</u>	<u>(300)</u>	<u>-</u>	<u>859.326</u>
Integralização de capital - emissão de ações	1.865	-	-	-	-	-	-	-	1.865
Aquisição/Cancelamento de ações em tesouraria	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Plano de opções de ações	-	1.998	-	-	-	-	-	-	1.998
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã	-	-	-	-	(380)	-	-	380	-
Resultado abrangente do exercício Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	(509)	-	(509)
Lucro líquido do período	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>39.261</u>	<u>39.261</u>
EM 31 DE MARÇO DE 2013	<u>539.490</u>	<u>2.231</u>	<u>20.768</u>	<u>61.243</u>	<u>428</u>	<u>238.949</u>	<u>(809)</u>	<u>39.641</u>	<u>901.941</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014
(Em milhares de reais) - Não auditado

	Capital social <u>subscrito</u>	Reserva <u>de capital</u>	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação <u>patrimonial</u>	Lucros <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
			<u>Legal</u>	<u>Expansão</u>	<u>Retenção de lucros</u>			
EM 1º DE JANEIRO DE 2014	<u>553.232</u>	<u>10.231</u>	<u>29.398</u>	<u>61.243</u>	<u>357.221</u>	<u>5.188</u>	-	<u>1.016.513</u>
Integralização de capital - emissão de ações	1.618	-	-	-	-	-	-	1.618
Premio de opções de ações	-	2.187	-	-	-	-	-	2.187
Realização de reserva especial - amortização fiscal do ágio incorporado da Itapoã	-	-	-	-	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(5.415)	-	(5.415)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	<u>33.872</u>	<u>33.872</u>
EM 31 DE MARÇO DE 2014	<u>554.850</u>	<u>12.418</u>	<u>29.398</u>	<u>61.243</u>	<u>357.221</u>	<u>(227)</u>	<u>33.872</u>	<u>1.048.775</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013

(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
LUCRO DAS OPERAÇÕES CONTINUADAS E DESCONTINUADAS ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		50.339	60.386
Ajustes:			
Depreciação e amortização	9	39.565	31.323
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	17	814	486
Provisão para despesa com opções de ações	15	2.187	1.998
Participação de lucros a pagar	15	482	3.974
Ganho na baixa de ativos imobilizados		(10.085)	(10.166)
Juros, variação monetária e variação cambial sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais		17.186	12.644
Provisão para devedores duvidosos	4	<u>6.526</u>	<u>4.996</u>
		56.675	45.255
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber		(21.385)	(9.120)
Estoques		(297)	(3.008)
Tributos a recuperar		5.864	14.949
Depósitos judiciais		131	23
Outros ativos		(2.935)	393
Fornecedores		(1.816)	2.445
Salários e encargos sociais		4.402	5.698
Tributos a pagar		(28)	(10.921)
Outros passivos		<u>(1.275)</u>	<u>1.643</u>
		(17.339)	2.102
Processos judiciais liquidados		-	(63)
Juros pagos		(9.731)	(7.919)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(7.133)	(8.871)
Participação nos lucros paga		(18.607)	(20.048)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		54.204	70.842
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Títulos e valores mobiliários - principal		-	21.567
Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível		(82.949)	(119.525)
Valor recebido na venda de ativo imobilizado e intangível		<u>15.296</u>	<u>8.306</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(67.653)	(89.652)

(continua)

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>Nota</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aportes de capital		1.618	1.865
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(2.480)	-
Amortização de empréstimos		(3.026)	(3.733)
Ingressos de empréstimos		<u>-</u>	<u>988</u>
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		<u>(3.888)</u>	<u>(880)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDO		<u>(17.337)</u>	<u>(19.690)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	3	<u>25.798</u>	<u>44.200</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO PERÍODO	3	<u>8.461</u>	<u>24.510</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2014 E 2013
(Em milhares de reais) - Não auditado

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receitas:		
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	274.974	293.801
Cancelamentos e descontos	(46.971)	(28.123)
Outras receitas (venda de ativo)	2.225	773
Provisão para créditos de liquidação duvidosa -	<u>(6.526)</u>	<u>(4.996)</u>
	<u>223.702</u>	<u>261.455</u>
Insumos adquiridos de terceiros		
Custo dos produtos vendidos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.794)	(7.424)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(39.686)	(42.972)
Baixa de ativos de locação	<u>(6.775)</u>	<u>(5.640)</u>
	<u>(50.255)</u>	<u>(56.036)</u>
Valor adicionado bruto	173.447	205.419
Depreciação, amortização e exaustão	(39.569)	(31.323)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>133.878</u>	<u>174.096</u>
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	4.017	3.783
Valor adicionado total a distribuir	<u>137.895</u>	<u>177.879</u>
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	32.943	58.752
Remuneração direta	25.438	45.529
Benefícios	5.553	9.861
FGTS	1.952	3.362
Impostos, taxas e contribuições	44.264	59.356
Federais	43.027	55.372
Estaduais	913	1.618
Municipais	324	2.366
Remuneração sobre o capital de terceiros	26.816	20.510
Juros e variações cambiais	20.559	14.154
Aluguéis	6.257	6.356
Remuneração de capitais próprios	33.872	39.261
Juros sobre capital próprio		
Dividendos mínimos obrigatórios		
Lucros retidos	<u>33.872</u>	<u>39.261</u>
Valor adicionado distribuído	<u>137.895</u>	<u>177.879</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

MILLS ESTRUTURAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS EM 31 DE MARÇO DE 2014

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) - Não auditado

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Mills Estruturas e Serviços de Engenharia S.A. ("Mills" ou "Companhia"), uma sociedade anônima de capital aberto está sediada na Avenida das Américas, nº 500 Bloco 14 Loja 108 Sala 207 e 208 - Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro - Brasil. A Companhia atua basicamente nos mercados de construção civil desempenhando as seguintes atividades principais:

- (a) Locação e vendas, inclusive importação e exportação, de estruturas tubulares, escoramentos e equipamentos de acesso em aço e alumínio, para construção civil, bem como formas de concretagem reutilizáveis, com fornecimento dos projetos de engenharia relacionados, supervisão e opção de montagem.
- (b) Locação, montagem e desmontagem de andaimes de acesso em áreas industriais.
- (c) Comércio, locação e distribuição de plataformas aéreas de trabalho e manipuladores telescópicos, bem como suas peças e componentes, e assistência técnica e manutenção destes equipamentos, e
- (d) A participação como acionista ou quotista, em outras companhias ou sociedades.

As operações da Companhia estão segmentadas de acordo com o novo modelo de organização e gestão aprovado pela Administração, contendo as seguintes unidades de negócio: Infraestrutura (antiga Construção), Edificações (antiga Jahu) e Rental. As descritivas de cada divisão estão mencionadas na nota 24.

As informações contábeis contidas nessas Demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2014.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Base de apresentação

As informações trimestrais da Companhia compreendem as demonstrações financeiras intermediárias e foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1), que trata das demonstrações financeiras intermediárias, e de acordo com o International Accounting Standards - (IAS) nº 34.

Estas informações trimestrais intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas demonstrações financeiras anuais e, portanto, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras da Mills, de 31 de dezembro de 2013, cujas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Boards - IASB.

Em atendimento ao Ofício Circular CVM nº 003/2011, de 28 de abril de 2011, a seguir apresentamos as notas explicativas incluídas nas demonstrações financeiras anuais mais recentes (exercício findo em 31 de dezembro de 2013), as quais, tendo em vista a ausência de alterações relevantes neste trimestre, não estão sendo incluídas de forma completa nestas informações trimestrais.

As notas explicativas não incluídas no período findo em 31 de março de 2014 são a de “Resumo das principais políticas contábeis”, “Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas”, “Gestão de risco financeiro”, “Gestão de capital” e a de “Programa de recuperação fiscal (REFIS)”, representadas, na divulgação das demonstrações financeiras do exercício de 2013, pelas notas 2, 3, 4, 5 e 22, respectivamente.

2.2. Reapresentação da demonstração do resultado para o período findo em 31 de março de 2013

A Companhia, em decorrência da adoção do CPC 31, está reapresentando a demonstração de resultado referente ao primeiro trimestre de 2013 para classificar separadamente o resultado das operações descontinuadas. Esta reapresentação está sendo realizada em conformidade ao CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Esta reapresentação está vinculada à venda da unidade de negócio Serviços Industriais SI efetivada em 30 de novembro de 2013, que passou a se qualificar como operações descontinuadas em 30 de junho de 2013.

O resultado das operações descontinuadas está demonstrado na nota 24 - resultado por segmento de negócio - Serviços Industriais.

	Saldo original	Reclassificações	31/03/2013 Saldo Reapresentado
Receita líquida de vendas e serviços de operações	239.889	51.461	188.428
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(107.023)	(38.607)	(68.416)
Lucro bruto	132.866	12.854	120.012
Despesas gerais e administrativas	(62.224)	(9.295)	(52.929)
Lucro operacional	70.642	3.559	67.083
Receitas financeiras	3.908	1.775	2.133
Despesas financeiras	(14.164)	(2.829)	(11.335)
Despesas financeiras, líquidas	(10.256)	(1.054)	(9.202)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	60.386	2.505	57.881
Imposto de renda e contribuição social	(21.125)	(876)	(20.249)
Resultado das operações continuadas	39.261	1.629	37.632
Resultado das operações descontinuadas	-	1.629	1.629
Lucro do período	39.261	-	39.261

2.3. Base de elaboração

As mesmas práticas contábeis, métodos de cálculo, julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas foram seguidos nestas informações trimestrais tais como foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, divulgadas nas Notas explicativas 2 e 3. Tais demonstrações foram publicadas dia 20 de março de 2014 nos jornais Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRSs) novas e revisadas adotadas sem efeitos relevantes nas Informações trimestrais.

As informações referentes aos Pronunciamentos Contábeis e Interpretações Emitidas Recentemente não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa 2.4 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2013. Abaixo listamos as normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas:

Alterações às IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27 - Entidades de Investimentos (1);
Alterações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros (1);
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2);

(1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014.

(2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2015.

3. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	2.894	2.049
Aplicações financeiras	<u>5.567</u>	<u>23.749</u>
	<u>8.461</u>	<u>25.798</u>

Os saldos registrados como caixa e equivalentes de caixa referem-se aos depósitos e as aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31 de março de 2014, as aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários do Banco Santander, remunerados a taxa de 101,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (101,5% em 31 de dezembro de 2013).

4. CONTAS A RECEBER

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Unidade de Negócios Infraestrutura	67.563	68.785
Unidade de Negócios Edificações	85.041	82.177
Unidade de Negócios Serviços Industriais (***)	4.016	4.408
Unidade de Negócios Rental	90.682	73.468
Unidade de Negócios Eventos (**)	2.602	3.796
	<u>249.904</u>	<u>232.634</u>
Provisão para devedores duvidosos (*)	<u>(56.304)</u>	<u>(53.861)</u>
	<u>193.600</u>	<u>178.773</u>
Circulante	<u>192.152</u>	<u>177.359</u>
Não circulante	<u>1.448</u>	<u>1.414</u>

(*) A provisão para devedores duvidosos do contas a receber é calculada com base no montante considerado suficiente para cobertura de potenciais perdas na realização dos créditos a receber, considerando uma análise individual dos principais clientes.

(**) Valor a receber pela venda do imobilizado da divisão eventos que foi descontinuada em 2008.

(***) Valor remanescente a receber das operações da Unidade de Negócios de Serviços Industriais, que foi descontinuada em 30 de novembro de 2013.

A Mills possui contas a receber correspondentes aos bens da Unidade de Negócios de Eventos, cujas atividades foram descontinuadas. Parte dos bens foi vendida ao longo de 2008 e 2009, através de contratos firmados de compra e venda de bens móveis com reserva de domínio celebrados em 20 de maio de 2008 e 18 de fevereiro de 2009. O valor da venda será recebido no período máximo de 8 anos, sendo as parcelas reajustadas de acordo com a variação percentual do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de março de 2014, o ativo está ajustado a valor presente e a administração, com base nas garantias reais previstas em contrato, considera que o mesmo será realizado integralmente até o vencimento da última parcela.

Para determinar a recuperação do contas a receber de cliente, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente da data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes. A Companhia não possui concentração de cliente em sua receita e contas a receber, não possuindo nenhum cliente ou grupo econômico que represente 10% ou mais de seu contas a receber em nenhum de seus segmentos.

A análise de vencimentos das contas a receber está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	120.580	112.126
A vencer (títulos com vencimentos originais prorrogados)	10.480	8.539
Vencidos de 1 a 60 dias (*)	38.314	37.220
Vencidos de 61 a 120 dias (*)	14.441	13.943
Vencidos acima de 120 dias (*)	<u>66.089</u>	<u>60.806</u>
Total	<u>249.904</u>	<u>232.634</u>

(*) A análise acima foi efetuada considerando as datas de vencimento prorrogadas dos títulos.

As movimentações na provisão para devedores duvidosos de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo no início do exercício	53.861	36.703
Constituição de provisão para devedores duvidosos	6.526	17.283
Baixas	<u>(4.083)</u>	<u>(125)</u>
Em 31 de dezembro	<u>56.304</u>	<u>53.861</u>

Em 31 de março de 2014, contas a receber de clientes no montante de R\$56.304 (Em 31 de dezembro - R\$53.861) estavam provisionadas. O aumento no montante desta provisão refere-se principalmente ao provisionamento do saldo a receber de clientes específicos que durante o primeiro trimestre de 2014 apresentaram dificuldades em cumprir com suas obrigações.

5. ESTOQUES

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Matérias primas	6.297	6.617
Mercadorias para revenda	18.920	15.015
Peças de reposição e suprimentos	9.680	8.972
Adiantamento para estoque	1.688	5.140
Outros	<u>-</u>	<u>544</u>
Total	<u>36.585</u>	<u>36.288</u>

Os estoques de matérias primas e dos adiantamentos para estoques estão vinculados a processos de industrialização por encomenda, para atendimento de demandas da Companhia e de seus clientes. O estoque de peças de reposição destina-se, principalmente, aos equipamentos de acesso. Todos os estoques são avaliados pelo custo médio.

6. TRIBUTOS A RECUPERAR

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
PIS e COFINS a compensar (*)	74.434	71.856
IRPJ e CSLL a compensar (**)	655	8.537
ICMS a compensar (***)	2.498	909
Outros	<u>242</u>	<u>135</u>
	<u>77.829</u>	<u>81.437</u>
 Circulante	 <u>33.618</u>	 <u>38.673</u>
Não circulante	<u>44.211</u>	<u>42.764</u>

(*) Os créditos de PIS e COFINS referem-se, basicamente, aos montantes recuperáveis sobre aquisições de ativo imobilizado compensados a razão de 1/48 avos ao mês com as obrigações tributárias federais de PIS e COFINS não cumulativos e a expectativa é que sejam realizados até 2017.

(**) Refere-se aos saldos negativos de IRPJ e CSLL apurados em 31 de março de 2014 que serão atualizados mensalmente com base na SELIC e compensados com tributos da mesma natureza durante o exercício de 2014.

(***) Corresponde ao imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços - ICMS incidentes sobre as operações da Companhia, em decorrência da aquisição de peças e equipamentos para venda.

7. OUTRAS CONTAS A RECEBER - VENDA DA INVESTIDA

	<u>31/03/2014</u>
2014	27.427
2015	16.141
2016	16.142
2017	<u>16.142</u>
Total	<u>75.852</u>
 Circulante	 27.427
Não circulante	<u>48.425</u>
	<u>75.852</u>

A Companhia fechou em 30 de novembro de 2013, a operação de venda de sua unidade de negócios Serviços Industriais ao Fundo de Investimento em Participação (FIP) Leblon Equities Partners V, gerido pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda.

O contrato estipula que o valor de venda seja recebido em 6 (seis) parcelas, todas atualizadas pela variação do CDI, entre de 31 de maio de 2013 e a data de pagamento, da seguinte forma:

1. A primeira de R\$25.000 (R\$25.207, considerando a atualização pelo CDI até a data do pagamento) foi paga na data da assinatura do contrato;
2. A segunda, de R\$17.000 (R\$18.293, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014), será paga em abril de 2014. O valor da segunda parcela foi ajustado pelo desempenho parcial do negócio, que significou o lucro líquido do negócio mais a depreciação dos ativos que integram o negócio; menos investimentos; mais o aumento ocorrido nas contas a pagar (ou menos a redução ocorrida nas contas a pagar, conforme aplicável); e menos o aumento ocorrido nas contas a receber (ou mais a redução ocorrida nas contas a receber, conforme aplicável), entre 31 de maio de 2013 e a data do fechamento, ocorrida em 30 de novembro de 2013. Para apuração deste valor, foram utilizados os mesmos critérios contábeis de rateio de despesas e constituição de provisão de devedores duvidosos e baixa de equipamentos atualmente utilizados pela Companhia. Para efeitos do cálculo do lucro líquido, foi considerada a alíquota de imposto de renda e contribuição social idêntica à média observada para as atividades da Companhia, nos últimos 12 meses, imediatamente anteriores à data do fechamento e não foram considerados, (i) os custos alocados referentes às opções de compra de ações da Companhia e a participação de resultados, e (ii) receitas e despesas financeiras. O valor acumulado do desempenho parcial do negócio, entre 1º de junho e 30 de novembro de 2013, data em que a Companhia concluiu a operação, foi de R\$6.789. Sendo assim, em 31 de março de 2014 o saldo devedor da segunda parcela era de R\$11.286;
3. Quatro parcelas de R\$15.000 (R\$16.142, considerando a atualização pelo CDI até 31 de março de 2014) cada uma, com vencimento anual, a contar da data da assinatura do contrato.

8. INVESTIMENTO

a) Investimento em sociedade não controlada

Em 8 de fevereiro de 2011 a Companhia adquiriu 25% do capital social da Rohr S.A Estruturas Tubulares (“Rohr”), por R\$90.000. A Rohr é uma empresa privada especializada em engenharia de acesso e no fornecimento de soluções para construção civil, que atua, principalmente, nos setores de construção pesada e manutenção industrial.

Em maio de 2011, a Companhia recebeu R\$2.035 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio e dividendos relativo ao investimento na Rohr. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento por se tratar de valores recebidos logo após a aquisição das ações da investida.

Em dezembro de 2011 a Companhia recebeu R\$573 (líquido de impostos) de juros sobre capital próprio referente ao ano de 2007. Tal valor foi registrado reduzindo o valor do investimento, por se tratar de dividendos oriundos de lucros ou reservas já existentes na data da compra das ações. Adicionalmente a Companhia recebeu dividendos extraordinários no valor de R\$1.346 referentes ao exercício de 2011 que foram registrados como receita no resultado.

No quarto trimestre de 2011, houve aumento da participação na Rohr S.A. Estrutura Tubulares (Rohr) de 25% para 27,47%, resultante da recompra pela Rohr de 9% de suas ações, que atualmente encontram-se em sua tesouraria e que serão canceladas ou distribuídas proporcionalmente aos seus acionistas.

A Companhia avaliou a sua influência sobre a administração da Rohr e concluiu que apesar de deter 27,47% do capital da investida, tal investimento deve ser registrado pelo custo de aquisição pelos seguintes fatos: a Mills não tem poder de participar na elaboração e nas decisões sobre políticas financeiras, operacionais e estratégicas da Rohr, não controlando de forma individual ou conjunta essas políticas e não possuindo representantes na Administração da investida. Adicionalmente, não existe acordo de acionistas que possa conferir a Mills o direito de ter influência na Administração da investida ou que possam conferir o direito de aumentar a sua participação no futuro. Com base nesses fatores, a Companhia concluiu que não possui influência significativa na investida e manterá o investimento registrado pelo custo de aquisição.

Em dezembro de 2013 a Companhia registrou em receita financeira R\$1.648 (R\$3.214 em dezembro de 2012 referentes aos anos de 2011 e 2012) de juros sobre capital próprio da Rohr, referentes ao ano de 2013.

9. IMOBILIZADO

	Equipamento de locação e uso operacional	Leasing	Equipamento de locação a imobilizar	Total equipamento de locação	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Edifícios e terrenos	Computadores e periféricos	Veículos	Instalação	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Total de bens de uso próprio	Total do imobilizado
<u>Custo do imobilizado bruto</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>1.409.698</u>	<u>82.156</u>	<u>38.506</u>	<u>1.530.360</u>	<u>19.040</u>	<u>24.274</u>	<u>13.886</u>	<u>3.640</u>	<u>5.470</u>	<u>8.945</u>	<u>580</u>	<u>75.835</u>	<u>1.606.195</u>
Aquisição	92.764	-	-	92.764	1.453	-	713	180	356	315	53	3.070	95.834
Baixa/alienação	(10.234)	(1.867)	-	(12.101)	-	-	-	(258)	-	-	-	(258)	(12.359)
Ajuste para crédito Pis e Cofins	(10.151)	-	-	(10.151)	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.151)
Transferências	<u>19.553</u>	<u>-</u>	<u>(19.553)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>1.501.630</u>	<u>80.289</u>	<u>18.953</u>	<u>1.600.872</u>	<u>20.493</u>	<u>24.274</u>	<u>14.599</u>	<u>3.562</u>	<u>5.826</u>	<u>9.260</u>	<u>633</u>	<u>78.647</u>	<u>1.679.519</u>
<u>Depreciação acumulada</u>													
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(320.309)</u>	<u>(42.440)</u>	<u>-</u>	<u>(362.749)</u>	<u>(4.169)</u>	<u>(1.526)</u>	<u>(6.594)</u>	<u>(2.232)</u>	<u>(1.051)</u>	<u>(3.398)</u>	<u>-</u>	<u>(18.970)</u>	<u>(381.719)</u>
Depreciação	(34.817)	(1.999)	-	(36.816)	(598)	(168)	(558)	(113)	(120)	(173)	-	(1.730)	(38.546)
Baixa/alienação	4.357	1.032	-	5.389	-	-	-	195	-	-	-	195	5.584
Reclassificação	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(19)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>(350.798)</u>	<u>(43.407)</u>	<u>-</u>	<u>(394.176)</u>	<u>(4.786)</u>	<u>(1.694)</u>	<u>(7.152)</u>	<u>(2.131)</u>	<u>(1.171)</u>	<u>(3.571)</u>	<u>-</u>	<u>(20.505)</u>	<u>(414.681)</u>
Taxas anuais de depreciação - %	10	10	-	-	10	4	20	20	10	10	-	-	-
<u>Resumo Imobilizado líquido</u>													
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.062.009	67.096	38.506	1.167.611	14.871	22.748	7.292	1.408	4.419	5.547	580	56.865	1.224.476
Saldo em 31 de março de 2014	1.150.861	36.882	18.953	1.206.696	15.707	22.580	7.447	1.431	4.655	5.689	633	58.142	1.264.838

Os equipamentos de locação podem ser resumidos como: andaimes de acesso (Tubos Mills e Elite), fôrmas (Fôrmas Noe e Aluma), escoramentos (MillsTour e Aluma), plataformas aéreas (JLG e Genie) e manipuladores telescópicos.

Abaixo destacamos as principais aquisições no primeiro trimestre de 2014, por grupamento:

Escoramentos	4.585
Plataformas e manipuladores	75.989
Fôrmas de concretagem reutilizáveis	2.448
Andaimes suspensos e estruturas de acesso	9.140
Outros	<u>3.672</u>
Total de aquisições	<u>95.834</u>

A depreciação do período, alocada ao custo de serviços prestados e às despesas gerais administrativas, monta em 31 de março de 2014 a R\$36.214 e R\$2.332 (31 de março de 2013 R\$29.631 e R\$1.149), respectivamente.

Certos itens do imobilizado estão dados em garantia de operações de empréstimos e financiamentos (Nota 12).

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e também pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de *hedge* de fluxo de caixa qualificados como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira.

Revisão da vida útil estimada

Para fins dessa revisão, a Companhia, com base na avaliação dos responsáveis técnicos, emitiu laudo interno de avaliação datado de 31 de dezembro de 2013, aprovado em Reunião de Diretoria. Para a elaboração dos respectivos laudos, os responsáveis técnicos, consideraram o planejamento operacional da Companhia para os próximos exercícios, antecedentes internos, como o nível de manutenção e utilização dos itens, elementos externos de comparação, tais como tecnologias disponíveis, recomendações e manuais de fabricantes e taxas de vivência dos bens.

Não houve modificação na estimativa de vida útil remanescente dos itens do imobilizado para o exercício de 2013, bem como não houve eventos durante o período findo em 31 de março de 2014 que pudessem afetar a avaliação efetuada em 2013.

A Companhia avaliou que não houve eventos ou mudanças em circunstâncias que indiquem que o valor contábil de tais ativos pode não ser recuperável.

10. INTANGÍVEL

	Software	Marcas e patentes	Intangível em andamento	Ágio em investimentos	Total intangível
Custo do intangível bruto					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>20.943</u>	<u>895</u>	<u>12.626</u>	<u>44.294</u>	<u>78.758</u>
Aquisição	1.907	-	4.568	-	6.475
Transferência	<u>16.616</u>	-	<u>(16.616)</u>	-	-
Saldos em 31 de março de 2014	<u>39.466</u>	<u>895</u>	<u>578</u>	<u>44.294</u>	<u>85.233</u>
Amortização acumulada					
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>(5.839)</u>	<u>(295)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(10.366)</u>
Amortização	<u>(975)</u>	<u>(44)</u>	-	-	<u>(1.019)</u>
Saldos em 31 de março de 2014	<u>(6.814)</u>	<u>(339)</u>	-	<u>(4.232)</u>	<u>(11.385)</u>
Taxas anuais de amortização - %	20	20		-	-
<u>Resumo Intangível líquido</u>					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	15.104	600	12.626	40.062	68.392
Saldo em 31 de março de 2014	32.652	556	578	40.062	73.848

Provisão para redução ao valor recuperável do ágio

O ágio é oriundo da aquisição da Jahu ocorrida em 2008 e da aquisição da GP Sul ocorrida em 2011 e os mesmos estão sendo considerados como aporte do segmento de negócio Edificações representado esta uma Unidade Geradora de Caixa (UGC), onde todo o ágio é alocado.

A análise de recuperabilidade do ágio da UGC Edificações foi determinado com base no fluxo de caixa orçado para este segmento em 2014, antes do imposto de renda e da contribuição social, aprovado pela Administração. Não foi identificada necessidade de reconhecimento de provisão para perda ao valor de recuperável do ágio.

A administração acredita que qualquer tipo de mudança razoavelmente possível nas premissas-chave, nas quais o valor recuperável se baseia, não levaria o valor contábil total a exceder o valor recuperável total da unidade geradora de caixa.

11. FORNECEDORES

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fornecedores nacionais	53.119	32.229
Fornecedores estrangeiros	<u>2.329</u>	<u>5.675</u>
	<u>55.448</u>	<u>37.904</u>

Em 31 de março de 2014, os saldos das contas de fornecedores referem-se, basicamente, a compra a prazo de equipamentos de imobilizado.

12. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ARRENDAMENTO FINANCEIRO

Os empréstimos foram usados para financiamento da ampliação dos investimentos da Companhia e para seus usos e despesas gerais, sendo indexados ao CDI, TJLP e Dólar norte-americano.

Para os empréstimos em moeda estrangeira, foram contratados instrumentos financeiros para proteção da Companhia contra a exposição por flutuação cambial.

Os financiamentos de equipamentos de locação foram contratados com encargos da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de 0,20% a 0,90% ao ano e amortizações em bases mensais até junho de 2021.

Os empréstimos, financiamentos e arrendamento financeiros são apresentados a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Circulante:		
Empréstimos e financiamentos	43.596	4.936
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>5.542</u>	<u>7.828</u>
	<u>49.138</u>	<u>12.764</u>
Não circulante:		
Empréstimos e financiamentos	17.243	58.423
Obrigações de arrendamento financeiro	<u>-</u>	<u>326</u>
	<u>17.243</u>	<u>58.749</u>

Empréstimos e financiamentos

	<u>Passivo circulante</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao dólar norte-americano acrescidos de 2,13% de juros ao ano	38.607	-
Indexados a TJLP acrescidos de 0,20% a 0,90% de juros ao ano	<u>4.989</u>	<u>4.936</u>
	<u>43.596</u>	<u>4.936</u>

	<u>Passivo não circulante</u>	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Financiamentos com instituições financeiras:		
Indexados ao dólar norte-americano acrescidos de 2,13% de juros ao ano	-	39.932
Indexadas a TJLP acrescidos de 0,20% a 0,90% de juros ao ano	<u>17.243</u>	<u>18.491</u>
	<u>17.243</u>	<u>58.423</u>

As instituições financeiras com as quais a companhia mantém empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2014 são:

- Santander
- Banco do Brasil
- Itaú BBA
- HSBC

Em 6 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou o contrato de empréstimo com o Banco Itaú BBA S.A, Sucursal Nassau, no valor de U\$16,9 milhões (equivalente a R\$40,0 milhões). A liquidação do empréstimo e juros serão realizados em uma única parcela, no vencimento, em 30 de janeiro de 2015. Com o objetivo de minimizar o risco da variação cambial deste empréstimo, foi contratado com o Banco Itaú BBA S.A, na mesma data do empréstimo, um instrumento financeiro (swap) no montante de R\$40,0 milhões para que as obrigações (principal e juros) sejam substancialmente convertidas para moeda local e realizadas nas mesmas datas dos respectivos vencimentos (vide nota 25).

Segue abaixo composição das garantias contratadas em aberto nas datas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Garantias concedidas:		
Alienação fiduciária (*)	<u>60.888</u>	<u>65.858</u>
Total das garantias reais	<u>60.888</u>	<u>65.858</u>
Notas promissórias	12.415	20.128

* Refere-se a equipamentos adquiridos através de FINAME e arrendamento.

As notas promissórias são garantias executáveis e servem como garantias adicionais com relação aos empréstimos e financiamentos.

Os vencimentos das parcelas do não circulante em 31 de março de 2014 estão demonstrados abaixo:

2015	2.175
2016	3.138
2017	3.138
2018 a 2021	<u>8.792</u>
	<u>17.243</u>

Os empréstimos da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

Arrendamento financeiro

Refere-se, substancialmente, a contratos para a compra de imobilizado de locação com prazos entre 36 e 60 meses, com vencimentos até 2015 e indexados ao CDI acrescidos de 2,5% a 3,80% ao ano. Essa obrigação está garantida pelos próprios bens arrendados. Não estão sendo apresentados os fluxos de caixa de pagamento não descontado da dívida, pois os pagamentos são calculados de forma postecipada de acordo com a variação do CDI.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2014	5.542	7.828
2015	<u>-</u>	<u>326</u>
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento	<u>5.542</u>	<u>8.154</u>
Parcela do circulante	5.542	7.828
Parcela do não circulante	-	326

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado desses passivos financeiros, os juros são pós-fixados e reconhecidos de maneira pró-rata.

A Companhia possui contratos de arrendamento financeiro com opção de compra no final do prazo contratual. A opção de compra é baseada no valor residual garantido que pode ser pago no início, no fim ou durante o prazo contratual. Há também a opção de renovação do contrato de arrendamento pelo prazo e condições que as partes ajustarem.

Os arrendamentos correntes da Companhia não possuem cláusulas restritivas.

13. DEBÊNTURES

1ª Emissão de debêntures

Em 8 de abril de 2011 foi aprovada a primeira emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em série única da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. As debêntures têm vencimento em 18 de abril de 2016 e remuneração de 112,5% do CDI, com pagamentos semestrais de juros e amortização em três parcelas anuais e sucessivas sendo o primeiro vencimento em 18 de abril de 2014. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$2.358 estão sendo reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão.

2ª Emissão de debêntures

Em 3 de agosto de 2012 foi aprovada a segunda emissão, pela Companhia, de um total de 27 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, em duas séries, da espécie quirografária no valor de R\$270.000, e valor nominal unitário de R\$10,00. Os custos de transação associados a esta emissão no valor de R\$1.810 serão reconhecidos como despesas de captação da Companhia, conforme os prazos contratuais desta emissão. As debêntures terão seus vencimentos conforme emissão de cada série, como segue:

- 1ª série - 16.094 debêntures da primeira série, totalizando R\$160.940, com vencimento em 15 de agosto de 2017, não sujeitas à atualização monetária. O valor nominal das debêntures da primeira série será amortizado em duas parcelas anuais a partir do quarto ano da sua emissão e os juros pagos semestralmente corresponderão à sobretaxa de 0,88% ao ano incidente sobre 100% da variação acumulada da taxa DI;
- 2ª série - 10.906 debêntures da segunda série, totalizando R\$109.060, com vencimento em 15 de agosto de 2020, sujeitas à atualização monetária pela variação acumulada do IPCA. O valor nominal das debêntures da segunda série será amortizado em três parcelas anuais a partir do sexto ano da sua emissão e os juros pagos anualmente corresponderão a 5,50% ao ano do valor atualizado monetariamente na forma acima.

Em 31 de março de 2014 os saldos de debêntures brutos dos custos de transação são de R\$120.942 no passivo circulante e de R\$450.000 no passivo não circulante e R\$120.203 e R\$448.433 líquidos dos custos de transação respectivamente. (Em 31 de dezembro de 2013 o saldo de debêntures é de R\$113.271 no passivo circulante e de R\$450.000 no passivo não circulante e R\$112.532 e R\$448.238 líquidos dos custos de transação respectivamente).

Covenants

As escrituras de emissão das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros pré-estabelecidos, como segue:

- (1) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 3; e
- (2) Índice financeiro decorrente do quociente da divisão do EBITDA pela Despesa Financeira Líquida que deverá ser igual ou superior a 2.

No fechamento das demonstrações financeiras de 31 de março de 2014 todos os índices estão sendo cumpridos.

14. PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

Não houve empréstimos entre a Companhia e seus administradores durante o período.

Em 31 de março de 2014 a Companhia não mantinha contratos de prestação de serviços de consultoria com membros do Conselho de Administração.

b) Remuneração da administração

Os montantes referentes à remuneração dos membros da administração da Companhia estão demonstrados a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Salários e encargos - Diretoria	1.557	1.842
Honorários do Conselho de Administração	352	460
Participação nos lucros	219	320
Pagamentos com base em ações	<u>518</u>	<u>425</u>
Total	<u>2.646</u>	<u>3.047</u>

15. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

a) Participação dos empregados nos lucros

A provisão para participação nos lucros dos empregados e executivos é constituída de acordo com a competência, sendo contabilizada como despesa. A determinação do montante, que é pago no ano seguinte ao registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido junto ao sindicato da categoria, através de acordo coletivo de trabalho, em consonância com a Lei nº 10.101/00 e com o estatuto social da Companhia.

Em 27 de março 2012, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, que o valor de participação de resultados distribuído não mais será fixo em 25%, podendo variar entre o mínimo de 20% e o máximo de 30%, do Valor econômico agregado - EVA que é calculado com base no lucro operacional deduzido ou adicionado aos resultados não recorrentes, deduzido dos impostos, e do custo médio ponderado de capital. A métrica para este cálculo está aprovada pela administração da Companhia.

O reconhecimento dessa participação é feito ao longo do ano, sendo desembolsado no exercício seguinte. O valor registrado no passivo circulante e no resultado em 31 de março de 2014 é de R\$482 (em 31 de março de 2013 - R\$3.974 no passivo circulante e no resultado).

b) Plano de opção de compra de ações

A Companhia possui planos de opções de ações, aprovados pela Assembleia Geral, com o objetivo de integrar os executivos no processo de desenvolvimento da Companhia a médio e longo prazo. Esses planos são administrados pela Companhia e a aprovação das outorgas é sancionada pelo Conselho de Administração.

<u>Planos</u>	<u>Data da outorga</u>	<u>Data final de exercício</u>	<u>Ações em milhares</u>		
			<u>Opções outorgadas</u>	<u>Opções exercidas</u>	<u>Opções em aberto</u>
Plano Especial Top Mills	01/01/2008	10/07/2015	782	(782)	-
Plano 2010					
Programa 2010	31/05/2010	31/05/2016	1.475	(1.114)	361
Programa 2011	16/04/2011	16/04/2017	1.184	(502)	682
Programa 2012	30/06/2012	31/05/2018	1.258	(266)	992
Programa 2013	30/04/2013	30/04/2019	768	(8)	760

As informações relativas aos programas das opções de compra de ações da Companhia estão resumidas a seguir:

Precificação e contabilização dos planos

Para precificação do custo das parcelas dos planos, referente à sua componente de patrimônio, foram determinadas as volatilidades aplicáveis, as taxas livres de risco, e os stock prices com bases em valuations de 6,6 vezes o EBITDA, menos a dívida líquida e usamos o modelo Black-Scholes para cálculo do valor justo.

Os planos concedidos a partir de 2010 foram classificados como instrumentos de patrimônio e o valor justo médio ponderado das opções concedidas foi determinado com base no modelo de avaliação Black-Scholes, assumindo as seguintes premissas:

Programa	Outorga	Valor justo médio ponderado por opção R\$	Preço médio ponderado da ação na data da concessão R\$	Preço do exercício R\$	Volatilidade	Rendimento de dividendos	Taxa de juros anual sem risco	Prazo máximo de exercício
2010	Primeira	3,86	11,95	11,50	31,00%	1,52%	6,60%	6 anos
2010	Segunda	5,49	14,10	11,50	31,00%	1,28%	6,37%	6 anos
2011	Única	6,57	19,15	19,28	35,79%	1,08%	6,53%	6 anos
2012	Básica	21,75	27,60	5,86	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2012	Discricionária	12,57	27,60	19,22	37,41%	0,81%	3,92%	6 anos
2013	Básica	24,78	31,72	6,81	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos
2013	Discricionária	11,92	31,72	26,16	35,34%	0,82%	3,37%	6 anos

A tabela abaixo apresenta os saldos acumulados dos planos nas contas patrimoniais e os efeitos nos resultados.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Plano 2002		
Reserva de capital	1.446	1.446
Número de ações exercidas (milhares)	3.920	3.920
Plano Top Mills, Plano Especial CEO e EX-CEO		
Reserva de capital	1.148	1.148
Número de opções a exercer (milhares)	-	-
Número de ações exercidas (milhares)	1.055	1.055
Plano executivos Mills Rental		
Reserva de capital	4.007	4.007
Número de ações exercidas (milhares)	391	391
Plano 2010		
Reserva de capital	5.492	5.303
Número de opções a exercer (milhares)	361	413
Número de ações exercidas (milhares)	1.114	1.062
Programa 2011 (Plano 2010)		
Reserva de capital	5.513	5.142
Número de opções a exercer (milhares)	682	711
Número de Ações exercidas (milhares)	502	473
Programa 2012 (Plano 2010)		
Reserva de capital	7.144	6.308
Número de opções a exercer (milhares)	992	1.015
Número de Ações exercidas (milhares)	266	243
Programa 2013 (Plano 2010)		
Reserva de capital	3.294	2.503
Número de opções a exercer (milhares)	760	768
Número de Ações exercidas (milhares)	8	-
Total registrado como patrimônio (acumulado)	28.044	25.857
Efeito no resultado (*)	(2.187)	(9.998)

(*) Em 31 de março de 2013 o efeito no resultado foi despesa de R\$1.998.

Em 31 de março de 2014, a Companhia deliberou em reunião do Conselho de Administração: (i) a criação do programa 1/2014 de Outorga de Opções de Compra de Ações; (ii) a definição dos critérios para fixação do preço de exercício das opções e as condições de seu pagamento; (iii) a definição dos prazos e condições de exercício das opções; e (iv) a autorização para a Diretoria efetuar as outorgas de opção de compra de ações aos beneficiários eleitos nos termos do Programa 2014.

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação do benefício (despesa) do imposto de renda e da contribuição social

A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e efetiva está demonstrada a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Lucro do exercício antes do imposto de renda e da contribuição social	50.339	57.881
Alíquota nominal de imposto de renda e da contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(17.115)	(19.680)
Despesas indedutíveis (*) e diferenças permanentes	(270)	(835)
Outros	<u>918</u>	<u>266</u>
Total de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(16.467)	(20.249)
Alíquota efetiva	33%	35%
Imposto de renda corrente	(21.189)	(20.508)
Imposto de renda diferido	<u>4.722</u>	<u>259</u>
	(16.467)	(20.249)

* As despesas indedutíveis estão compostas por despesas de *stock options*, brindes, perdão de dívida e multas não compensatórias.

b) Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

O Imposto diferido reconhecido em outros resultados abrangentes é resultante de provisão de ganhos/perdas de instrumentos de hedge em hedge de fluxo de caixa transferidos para os valores contábeis iniciais dos itens sujeitos a hedge. Total do imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado abrangente em março de 2014 é de R\$117.

c) A movimentação do IR e CS diferidos durante o período, sem levar em consideração a compensação dos saldos é a seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>31 de</u> <u>Dezembro</u> <u>de 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de</u> <u>março</u> <u>de 2014</u>
Stock option	-	744	-	744
Ajuste a valor presente	77	-	(21)	56
Participação nos lucros	-	164	-	164
Hedge sobre imobilizado	(1.434)	-	1.066	(368)
Outras provisões	815	-	(371)	444
Provisão para Devedores Duvidosos	7.839	707	-	8.546
Arrendamento financeiro	2.244	651	-	2.895
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	3.637	277	-	3.914
Provisão de baixa de faturamento	2.815	1.821	-	4.636

<u>Descrição</u>	<u>31 de Dezembro de 2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31 de março de 2014</u>
Derivativos NDF	(2.673)	117	2.673	117
Depreciação acelerada	(753)	(188)	-	(941)
GP Andaimas Sul Locadora	(325)	(33)	-	(358)
Ágio Jahu	(12.949)	-	-	(12.949)
Atualização depósito judicial	(921)	(160)	-	(1.081)
Debêntures	(850)	-	65	(785)
	<u>(2.478)</u>	<u>4.100</u>	<u>3.412</u>	<u>5.034</u>

- d) Os fundamentos e as expectativas para realização do imposto de renda e contribuição social diferidos estão apresentados a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>Fundamentos para realização</u>
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	Pela realização fiscal da perda
Provisão para perdas por redução ao valor recuperável do contas a receber	Pelo ajuizamento das ações e créditos vencidos
Arrendamento financeiro	Realização no prazo da depreciação linear dos bens
Ajuste a valor presente	Pela realização fiscal da perda/ganho
Outras provisões	Pelo pagamento
Ágio da Itapoã	Pela amortização fiscal
Ágio da Jahu/Ágio GP Sul	Pela alienação/ <i>impairment</i> do ativo
Atualização de depósitos judiciais	Pelo levantamento do depósito
Debêntures	Pela amortização do custo de captação
Derivativos - Hedge de fluxo de caixa	Pela depreciação

Abaixo demonstramos a expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos para 31 de março de 2014:

	<u>IR e CSLL diferidos ativos</u>	<u>IR e CSLL diferidos passivos</u>
2014	4.042	(707)
2015	3.878	(707)
2016	3.878	(707)
2017	3.878	(707)
2018	3.881	(707)
A partir de 2019	<u>1.959</u>	<u>(12.947)</u>
Total	<u>21.516</u>	<u>(16.482)</u>

Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

Em 12 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória - MP nº627 que entre outros temas trouxe a extinção do RTT e da Declaração de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ e, em substituição criou a Escrituração Contábil Fiscal - ECF.

A Escrituração Contábil Fiscal - ECF consolidará os ajustes de neutralidade fiscal que antes eram apresentados por meio do Controle Fiscal Contábil de Transição - FCONT. Conforme a MP a adoção da ECF para os fatos geradores registrados a partir de janeiro de 2014 será opcional, a partir de 2015 será obrigatório para todas as pessoas jurídicas optantes pelo lucro real. A Companhia aderiu ao referido dispositivo legal no exercício de 2014, no que se refere ao cálculo prospectivo dos juros sobre capital próprio, dividendos, bem como relativamente ao tratamento tributário dos planos de compra de ações. A adesão a ECF será feita oportunamente nos prazos determinados em lei. As demais medidas contidas na referida MP, não trouxeram impactos relevantes para a Companhia. Eventuais alterações que venham a ser introduzidas quando da conversão da MP em Lei, serão analisadas oportunamente pela Companhia, em conjunto com seus assessores tributários e jurídicos.

Até a presente data o referido dispositivo legal encontrava-se para sanção presidencial para que a MP fosse convertida em Lei e seus efeitos fossem perpetuados. Até a publicação no Diário Oficial da Lei sancionada a MP ainda é passível de alterações por meio de vetos presidenciais.

17. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

A Companhia é parte envolvida em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista que foram propostas no curso normal dos negócios e, está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais.

A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para cobrir as eventuais perdas e preservar o patrimônio líquido da Companhia, sendo reavaliadas periodicamente.

A Companhia não possui ativos contingentes contabilizados.

a) Composição das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Tributários (i)	3.865	3.818
Cíveis (ii)	484	467
Trabalhistas (iii)	4.104	3.588
Honorários de êxito (iv)	<u>2.934</u>	<u>2.700</u>
Total	<u>11.387</u>	<u>10.573</u>

- (i) Refere-se, basicamente, ao mandado de segurança movido pela Companhia ao questionamento da majoração das alíquotas de Pis e Cofins (instituídas pelo regime não cumulativo destas contribuições, com o advento das Leis nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003. A Companhia mantém depósito judicial vinculado a provisão, referente as diferenças de alíquotas.

- (ii) A Companhia possui algumas ações movidas contra ela referentes a processos de responsabilidade cível e indenizações.
- (iii) A Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.
- (iv) Os honorários estão geralmente fixados em até 10% sobre o valor da causa, garantindo aos consultores jurídicos externos, os honorários na proporção do êxito obtido na demanda. O pagamento está condicionado ao encerramento favorável dos processos.

a) Composição dos depósitos judiciais:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Tributários (i)	6.895	6.805
Cíveis	278	278
Trabalhistas (ii)	<u>3.206</u>	<u>2.970</u>
	<u>10.379</u>	<u>10.053</u>

- (i) Em 31 de março de 2014 a composição de depósitos judiciais de natureza tributária totalizava R\$6.895. A conciliação deste montante refere-se basicamente ao questionamento da majoração de alíquotas do PIS e da COFINS totalizando o valor de R\$3.620, como informado na nota de nº 17, item “a”, sub item “i”, e, também, a depósitos judiciais efetuados a favor de determinados municípios vinculados ao entendimento de nossos assessores jurídicos no que tange a incidência do ISS sobre as receitas provenientes da locação de bens móveis. O saldo registrado sobre esta rubrica monta em R\$2.554. A partir de 2003, com a edição da Lei Complementar nº 116 e com o suporte dos assessores jurídicos a Companhia não efetuou depósitos judiciais desta natureza.
- (ii) Os depósitos judiciais estão vinculados a ações em que a Companhia vem se defendendo em diversos processos trabalhistas. A maioria das ações tem por objeto indenizações por danos decorrentes de doenças ocupacionais, pedido de horas-extras, periculosidade e equiparação salarial.

A Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Tributários	26.347	26.442
Cíveis	4.987	4.812
Trabalhistas	<u>11.369</u>	<u>10.944</u>
Total	<u>42.703</u>	<u>42.198</u>

18. TRIBUTOS A PAGAR

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
IRRF s/juros sobre capital próprio	-	2.480
PIS e COFINS	3.331	3.417
INSS	266	321
ISS	597	586
Outros	<u>382</u>	<u>280</u>
	<u>4.576</u>	<u>7.084</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital subscrito

O capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia, em 31 de março de 2014 é representado pelo valor de R\$554.850 (31 de dezembro de 2013 - R\$553.232) dividido em 127.491 mil (31 de dezembro de 2013 - 127.386 mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. A cada ação ordinária corresponderá o direito a um voto nas deliberações de acionistas.

Conforme estatuto social, fica facultado ao conselho de Administração aumentar o capital social até o limite de 200.000 mil ações.

(a.1) Emissão de ações

A emissão de ações da Companhia tem ocorrido conforme aprovação do Conselho de Administração em razão do exercício por beneficiário de opções de compra de ações. As ações emitidas no período foram integralmente subscritas e integralizadas pelos seus respectivos beneficiários e podem ser assim demonstradas:

<u>Plano de opções</u>	<u>Aprovação do Conselho de Administração</u>	<u>Quantidade de ações emitidas</u>	<u>Preço de emissão R\$</u>	<u>Aumento de capital (em milhares)</u>
Programa 2010	10/01/2014	6	13,02	-
Programa 2011	10/01/2014	5.772	21,51	124
Programa 2012	10/01/2014	711	5,76	4
Programa 2012	10/01/2014	3.000	20,39	61
Programa 2010	05/02/2014	50.174	13,13	658
Programa 2011	05/02/2014	13.825	21,70	300
Programa 2012	05/02/2014	3.554	5,81	21
Programa 2012	05/02/2014	11.250	20,56	231
Programa 2013	05/02/2014	7.710	6,78	52
Programa 2010	14/02/2014	1.820	13,16	24
Programa 2011	14/02/2014	3.890	21,74	85
Programa 2012	14/02/2014	<u>2.800</u>	20,60	<u>58</u>
		<u>104.512</u>		<u>1.618</u>

Segue abaixo a composição acionária do capital social nas datas:

	31/03/2014		31/12/2013	
	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem	Quantidade de ações (em milhares)	Porcentagem
<u>Acionistas</u>				
Andres Cristian Nacht	15.596	12,22%	15.596	12,24%
Snow Petrel S.L.	17.728	13,90%	17.728	13,90%
HSBC Bank Brasil S.A. (*)	6.323	5,01%	6.323	5,07%
Capital Group International, Inc (**)	6.445	5,07%	6.445	5,01%
Outros Signatários do Acordo de Acionistas da Companhia (***)	11.825	9,27%	11.825	9,28%
Outros	<u>69.574</u>	<u>54,53%</u>	<u>69.469</u>	<u>54,50%</u>
	<u>127.491</u>	<u>100,00 %</u>	<u>127.386</u>	<u>100,00 %</u>

(*) Em 2 de outubro de 2012, passou a deter participação relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

(**) Em 15 de julho de 2013, passou a deter participação acionária relevante de acordo com informação recebida oficialmente pela Companhia e divulgada à CVM.

(***) Os outros signatários do Acordo de Acionistas da Companhia, todos detentores de participações individuais inferiores a 5% do capital da Companhia, são representados na qualidade de acionistas, inclusive para fins de exercício de direito de voto, por Andres Cristian Nacht.

b) Reservas de lucros

(b.1) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

(b.2) Reserva de expansão

A reserva de expansão tem a finalidade de assegurar recursos para financiar aplicações adicionais de capital fixo e circulante e a expansão das atividades sociais. Conforme Estatuto Social da Companhia o limite máximo da reserva de expansão é de 80% do valor do capital social subscrito da Companhia.

(b.3) Reserva especial

A reserva especial referia-se ao benefício fiscal gerado pela reorganização societária ocorrida em 2009.

c) Reserva de capital

A reserva de capital contém os custos de transação incorridos na captação de recursos para o capital próprio no montante de R\$15.068 líquido dos impostos, referente a distribuição pública primária de ações, reserva para prêmio de opções de ações no montante de R\$28.044, referente aos planos de stock options para os empregados e o valor do custo das ações canceladas no montante de R\$558, totalizando R\$12.418 como reserva de capital em 31 de março de 2014 (em 31 de dezembro 2013 - R\$10.231).

d) Retenção de lucros

Retenção de lucros refere-se a retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital proposto pelos administradores da companhia, a ser deliberado na Assembleia geral em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

e) Ajuste de avaliação patrimonial- *hedge* de fluxo de caixa

A reserva para *hedge* de fluxo de caixa contém a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa até a data do balanço no valor de R\$227 negativos líquido de impostos (em 31 de dezembro de 2013 R\$5.188).

f) Dividendos mínimos obrigatórios

O Estatuto social da companhia prevê após as destinações, a distribuição aos acionistas de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por ações 6.404.

20. LUCRO POR AÇÃO

a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	<u>33.872</u>	<u>39.261</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	<u>127.441</u>	<u>126.477</u>
Lucro básico por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>0,27</u>	<u>0,31</u>
Lucro básico por ação proveniente das operações continuadas	<u>0,27</u>	<u>0,30</u>

b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A sociedade tem uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: opções de compra de ações. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da sociedade), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Lucro		
Lucro líquido usado para determinar o lucro diluído por ação	<u>33.872</u>	<u>39.261</u>
Quantidade média ponderada de ações das (milhares) ordinárias emitidas (milhares)	127.441	126.477
Ajustes de:		
Opções de compra de ações (milhares)	<u>817</u>	<u>1.337</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para lucro diluído por ação (milhares)	<u>128.258</u>	<u>127.814</u>
Lucro diluído por ação proveniente das operações continuadas e descontinuadas	<u>0,26</u>	<u>0,31</u>
Lucro diluído por ação proveniente das operações continuadas	<u>0,26</u>	<u>0,29</u>

21. RECEITA LIQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS

A informação de receita operacional líquida de vendas e serviços demonstrada abaixo se refere somente à natureza da receita por tipo de serviço:

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Locação	234.383	192.489
Vendas	7.170	13.244
Assistência técnica	4.090	5.307
Indenizações e recuperação	29.331	15.667
Impostos sobre vendas e serviços	(20.182)	(18.779)
Cancelamentos e descontos	<u>(46.971)</u>	<u>(19.500)</u>
	<u>207.821</u>	<u>188.428</u>

22. CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS (POR NATUREZA)

Os custos referem-se principalmente às despesas de pessoal e encargos sociais e previdenciários, aos equipamentos sublocados de terceiros, quando o estoque da Mills é insuficiente para atender demanda, aos fretes de transporte de equipamento entre filias e eventualmente para os clientes, e às despesas com materiais consumidos nas obras, desde equipamentos de proteção individual (EPIs) até madeira, tintas e isolantes térmicos.

As despesas gerais e administrativas referem-se a gestão de cada contrato da Companhia, compreendendo as equipes de projetos e de engenheiros da área comercial, que correspondem, substancialmente, a salários, encargos e benefícios, sendo as demais referentes a despesas com viagens, representações e comunicação, bem como as despesas das áreas administrativas.

Natureza	31/03/2014			Reapresentado 31/03/2013		
	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total	Custos direto obras e locação	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(14.285)	(28.081)	(42.366)	(12.526)	(25.287)	(37.813)
Terceiros	(1.344)	(7.471)	(8.815)	(1.051)	(4.401)	(5.452)
Frete	(3.833)	(196)	(4.029)	(2.904)	(68)	(2.972)
Material construção/ manutenção e reparo	(9.803)	(2.438)	(12.241)	(8.847)	(1.519)	(10.366)
Aluguel de equipamentos e outros	(1.369)	(4.888)	(6.257)	(1.473)	(3.334)	(4.807)
Viagem	(1.136)	(2.954)	(4.090)	(1.441)	(2.841)	(4.282)
Custo das mercadorias vendidas	(8.855)	-	(8.855)	(12.087)	-	(12.087)
Depreciação e amortização	(36.214)	(3.351)	(39.565)	(26.934)	(1.651)	(28.585)
Baixa de ativos	(1.651)	-	(1.651)	(859)	-	(859)
Provisão para devedores-PDD	-	(6.526)	(6.526)	-	(4.302)	(4.302)
Plano de ações	-	(2.187)	(2.187)	-	(1.689)	(1.689)
Provisões para riscos	-	(614)	(614)	-	(85)	(85)
Part. resultado	-	(482)	(482)	-	(4.264)	(4.264)
Outros	(557)	(2.699)	(3.256)	(294)	(3.488)	(3.782)
	(79.047)	(61.887)	(140.934)	(68.416)	(52.929)	(121.345)

23. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) Receitas financeiras

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Receitas de juros	2.464	513
Receitas de aplicação financeira	842	1.419
Descontos obtidos	57	14
Variação cambial e monetária ativa	592	74
Outras	<u>62</u>	<u>113</u>
	<u>4.017</u>	<u>2.133</u>

b) Despesas financeiras

	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u> (Reapresentado)
Juros de empréstimos	(2.060)	(1.291)
Variação monetária passiva	(706)	(91)
Juros de arrendamento financeiro	(236)	(331)
Juros - Debêntures	(15.983)	(8.848)
Tarifas bancárias	(28)	(59)
Outras	<u>(1.552)</u>	<u>(715)</u>
	<u>(20.565)</u>	<u>(11.335)</u>

24. RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

As informações por segmento operacional estão sendo apresentadas de acordo com CPC 22- Informações por segmento (IFRS 8).

Os segmentos reportáveis da companhia são unidades de negócios que oferecem diferentes produtos e serviços, são gerenciados separadamente, pois cada negócio exige diferentes tecnologias e estratégias de mercado. As principais informações utilizadas pela administração para avaliação do desempenho de cada segmento são: total do ativo imobilizado, pois este é que gera a receita da Companhia e lucro líquido de cada segmento para avaliação do retorno desses investimentos. As informações sobre os passivos por segmento não estão sendo reportadas por não serem utilizadas pelos administradores na gestão dos segmentos. A administração não utiliza análises por área geográfica para gestão de seus negócios.

Os segmentos da Companhia possuem atividades completamente distintas, conforme descrito abaixo, logo seus ativos são específicos para cada segmento. Os ativos foram alocados em cada segmento reportável de acordo com a natureza de cada item.

Unidade de Negócios Infraestrutura

A Mills Infraestrutura atua no mercado de grandes obras, dispondo da mais alta tecnologia em sistemas de formas, escoramentos e equipamentos especiais para execução de obras da construção civil. Com presença em vários estados, conta com uma equipe de engenheiros e técnicos especializados que exercem papel consultivo e de apoio ao cumprimento dos cronogramas, otimização de custos e segurança.

Unidade de Negócios Edificações

A Mills Edificações fornece equipamentos de acesso não mecanizado, plataformas cremalheiras e andaimes para o segmento de construções residenciais e comerciais. Possui o maior portfólio de produtos e serviços com soluções customizadas, que atendem às necessidades específicas de cada projeto e geram eficiência e redução de custo. Com presença em vários estados, a Mills Edificações mantém equipes capacitadas a fornecer orientação técnica e a auxiliar no planejamento da obra, no detalhamento de projeto e na supervisão de montagem.

Unidade de Negócios Serviços Industriais

Fornecimento de estruturas desenvolvidas para permitir o acesso de pessoal e materiais durante as fases de montagem de equipamentos e tubulações e para manutenção, preventiva e corretiva, em grandes plantas industriais, serviços de pintura industrial, tratamentos de superfície e isolamento térmico.

A Companhia celebrou em 10 de julho de 2013, acordo para as vendas de ativos e passivos desta unidade de negócio, cuja operação foi concluída em 30 de novembro de 2013.

Unidade de Negócios Rental

A Mills Rental atua no mercado de locação e venda de plataformas aéreas e manipuladores telescópicos para trabalhos em altura em todos os segmentos do mercado da construção, comércio e indústria. Assegurando produtividade, rentabilidade e segurança e dispõe da mais avançada linha de produtos para elevação de pessoas e cargas e oferece aos seus clientes treinamento de operação certificado pela IPAF (autoridade mundial de acesso aéreo). Sua presença em diversas cidades brasileiras reforça não só a agilidade do seu atendimento comercial como amplia o suporte técnico com profissionais certificados.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas que aquelas descritas no resumo das políticas contábeis significativas. A companhia avalia o desempenho por segmento com base no lucro ou no prejuízo das operações antes dos tributos sobre o lucro, além de outros indicadores operacionais e financeiros.

Demonstração do resultado por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Serviços Industriais		Rental		Outros		Total	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/03/2013</u>
Receita líquida	51.035	47.467	59.517	64.857	-	51.461	97.269	76.104	-	-	207.821	239.889
(-) Custos e despesas	(25.419)	(23.120)	(36.053)	(37.108)	-	(45.164)	(38.841)	(32.532)	(1.056)	-	(101.369)	(137.924)
(-) Depreciação e amortização	(9.363)	(7.108)	(11.475)	(8.895)	-	(2.738)	(18.727)	(12.582)	-	-	(39.565)	(31.323)
Lucro antes do resultado financeiro	<u>16.253</u>	<u>17.239</u>	<u>11.989</u>	<u>18.854</u>	<u>-</u>	<u>3.559</u>	<u>39.701</u>	<u>30.990</u>	<u>(1.056)</u>	<u>-</u>	<u>66.887</u>	<u>70.642</u>
Receita financeira	485	1.146	860	520	-	1.775	920	467	1.752	-	4.017	3.908
Despesa financeira	(4.465)	(3.307)	(7.454)	(4.027)	-	(2.829)	(8.562)	(4.001)	(84)	-	(20.565)	(14.164)
Lucro antes do IRPJ/CSL	12.273	15.078	5.395	15.347	-	2.505	32.059	27.456	612	-	50.339	60.386
(-) IRPJ/CSL	<u>(4.015)</u>	<u>(5.275)</u>	<u>(1.765)</u>	<u>(5.368)</u>	<u>-</u>	<u>(876)</u>	<u>(10.487)</u>	<u>(9.606)</u>	<u>(200)</u>	<u>-</u>	<u>(16.467)</u>	<u>(21.125)</u>
Lucro do período	<u>8.258</u>	<u>9.803</u>	<u>3.630</u>	<u>9.979</u>	<u>-</u>	<u>1.629</u>	<u>21.572</u>	<u>17.850</u>	<u>412</u>	<u>-</u>	<u>33.872</u>	<u>39.261</u>

Ativo por segmento de negócio

	Infraestrutura		Edificações		Rental		Outros		Total	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imobilizado	284.041	271.685	351.628	369.569	629.169	583.222	-	-	1.264.838	1.224.476
Outros ativos	<u>112.935</u>	<u>118.462</u>	<u>203.334</u>	<u>209.426</u>	<u>175.299</u>	<u>161.489</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>578.960</u>	<u>576.769</u>
Ativo total	<u>396.976</u>	<u>390.147</u>	<u>554.962</u>	<u>578.995</u>	<u>804.468</u>	<u>744.711</u>	<u>87.392</u>	<u>87.392</u>	<u>1.843.798</u>	<u>1.801.245</u>

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

25.1. Categoria de instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros, por categoria, pode ser resumida conforme tabela a seguir:

	Valor contábil	
	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e equivalentes de caixa	8.461	25.798
Empréstimos e recebíveis:		
Contas a receber de clientes	193.600	178.773
Depósitos Judiciais	10.379	10.053
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	60.839	63.359
Arrendamento financeiro	5.542	8.154
Debêntures	568.636	560.770
Contas a pagar a fornecedores	55.448	37.904
Passivos financeiros ao valor justo		
Derivativos - NDF	688	-
Derivativos - Swap	2.601	267
Ativos financeiros ao valor justo		
Derivativos - NDF	-	7.516
Instrumentos financeiros patrimoniais		
Planos de opções de ações	28.044	25.857

25.2. Valor justo dos instrumentos financeiros

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia aplica CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (nível 1).
- Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (nível 2).

A Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo que sejam classificados no nível 3, ou seja, obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados pelo valor justo em 31 de março de 2014.

	Nível 2	
	31/03/2014	31/12/2013
Ativos		
Derivativos usados para <i>hedge</i>	-	7.516
Total do ativo	-	7.516
Passivos financeiros		
Derivativos usados para <i>hedge</i>	(688)	-
Derivativos usados para empréstimos	(2.601)	(267)
Total do passivo	(3.289)	(267)

(a) Valor justo do contas a receber e dos fornecedores

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação do balanço patrimonial.

O valor justo dos valores a receber de clientes e dos valores a pagar para fornecedores, considerando como critério de cálculo a metodologia do fluxo de caixa descontado, são substancialmente similares aos respectivos valores contábeis.

(b) Valor justo dos empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamento semelhantes.

A administração da companhia julga que os empréstimos e financiamentos que estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelo seu valor contábil são substancialmente similares ao valor de mercado.

Não foi calculado o valor justo dos empréstimos com o BNDES, pois essa modalidade de financiamento não possui cálculo de valor justo observável, em função do BNDES praticar taxas diferenciadas por empresas tomadoras de empréstimos.

Empréstimos e financiamentos

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Valor justo</u>		<u>Valor contábil</u>	
		<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>	<u>31/03/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
BNDES	TJLP	22.232	23.427	22.232	23.427
Capital de giro	CDI	40.386	40.027	38.607	39.932
Leasing	CDI	5.432	8.043	5.542	8.154
1ª Emissão de Debêntures	CDI	285.135	275.483	282.975	275.530
2ª Emissão de Debêntures:					
1ª Série	CDI	168.436	166.208	162.892	166.938
2ª Série	IPCA	122.208	119.718	125.075	120.803

(c) Valor justo das opções de compra de ações

O valor justo das opções de compra das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se o modelo Black-Scholes. Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos). Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

(d) Derivativos

O valor justo de contratos de câmbio a termo é calculado pelo valor presente, por meio da utilização de taxas de mercado, que são auferidos nas datas de cada apuração.

O valor justo de contratos de swaps de taxas de juros é baseado nas cotações de corretoras. Essas cotações são testadas quanto à razoabilidade através do desconto de fluxos de caixa futuros estimados baseando-se nas condições e vencimento de cada contrato e utilizando-se taxas de juros de mercado para um instrumento semelhante apurado na data de mensuração. Os valores justos refletem o risco de crédito do instrumento e incluem ajustes para considerar o risco de crédito da entidade e contraparte quando apropriado.

25.3. Instrumentos financeiros derivativos

(a) Política de contratação de derivativos

Com o objetivo de proteger o patrimônio à exposição de compromissos assumidos em moeda estrangeira, a companhia desenvolveu sua estratégia para mitigar tal risco de mercado. A estratégia, quando aplicada, é realizada para reduzir a volatilidade do fluxo de caixa desejável, ou seja, a manutenção do desembolso do recurso planejado.

A Mills acredita que o gerenciamento de tais riscos é primordial para apoiar sua estratégia de crescimento sem que possíveis perdas financeiras reduzam o seu resultado operacional, visto que, a companhia não almeja obter ganhos financeiros através do uso de derivativos. A gestão dos riscos em moeda estrangeira é feita pela Gerência e Diretoria Financeiras, que avaliam as possíveis exposições a riscos e estabelecem diretrizes para medir, monitorar e gerenciar o risco relacionado às atividades da Companhia.

Com base neste objetivo, a Companhia contrata operações de derivativos, normalmente swaps e NDF (Non Deliverable Forwards), com instituições financeiras de primeira linha (rating de risco de crédito brAAA - escala nacional, Standard & Poor's ou similar), para garantir o valor comercial acordado no momento do pedido do bem a ser importado. Da mesma forma, contratos de swaps ou NDFs, devem ser contratados, para garantir o fluxo de pagamentos (amortização de principal e juros) de financiamentos em moeda estrangeira. Conforme o estatuto da companhia, qualquer contrato ou assunção de obrigação cujo montante exceda R\$10.000 deve ser aprovado pelo conselho de Administração, salvo se previsto no Plano de Negócios. Para valores inferiores a R\$100, com prazo inferior a 90 dias, não se faz necessário a contratação de operações de *hedge*. Os demais compromissos devem ser protegidos contra a exposição cambial.

As operações de swaps e NDFs são realizadas para converter para reais os compromissos financeiros futuros em moeda estrangeira. No momento da contratação dessas operações a companhia minimiza o risco cambial igualando tanto o valor do compromisso quanto o período de exposição. O custo da contratação do derivativo está atrelado à taxa de juros, normalmente ao percentual do CDI (certificado de depósito interbancário). Os swaps e NDFs com vencimento inferior ou posterior ao vencimento final dos compromissos podem, ao longo do tempo, serem renegociados de forma que seus vencimentos finais se igualem - ou se aproximem - do vencimento final do compromisso. Sendo assim, na data de liquidação, o resultado do swap e do NDF poderão compensar parte do impacto da variação cambial da moeda estrangeira frente ao real, contribuindo para estabilizar o fluxo de caixa.

Por se tratarem de derivativos, o cálculo da posição mensal é feito conforme a metodologia do valor justo, e são avaliados calculando o seu valor presente por meio da utilização de taxas de mercado que são impactadas nas datas de cada apuração. Essa metodologia, amplamente empregada, pode apresentar distorções mensais em relação à curva do derivativo contratado, entretanto, a companhia acredita que essa metodologia é a melhor a ser aplicada, pois mensura o risco financeiro caso seja necessário a liquidação antecipada do derivativo.

O monitoramento dos compromissos assumidos e a avaliação mensal do valor justo dos derivativos permitem acompanhar os resultados financeiros e o impacto no fluxo de caixa, bem como, garantir que os objetivos inicialmente planejados sejam atingidos. O cálculo do valor justo das posições é disponibilizado mensalmente para o acompanhamento gerencial.

Os instrumentos derivativos contratados pela Companhia para determinadas importações de equipamentos, no intervalo entre a colocação dos pedidos e a correspondente nacionalização, contra riscos de flutuação na taxa de câmbio, os quais não são utilizados para fins especulativos.

- (b) As operações de NDFs podem ser resumidos conforme tabela a seguir:

<u>Tipo</u>	31/03/2014		
	Valor de referência (<u>nocional</u>)	Valor <u>justo</u>	Valores a receber/ a pagar
NDF	86.737	(688)	(688)
Compra a termo de moedas estrangeiras:			
2,29 a 2,42 (USD)			
3,25 a 3,27 (EURO)			

<u>Tipo</u>	31/12/2013		
	Valor de referência (<u>nocional</u>)	Valor <u>justo</u>	Valores a receber/ a pagar
NDF	168.419	7.516	7.516
Compra a termo de moedas estrangeiras:			
2,22 a 2,42 (USD)			

- (c) Swap

A operação, na modalidade de swap cambial, contratada pela Companhia, visa a proteção contra a exposição do empréstimo de US\$16,9 milhões (vide nota 12) à variação cambial. O swap cambial para essa operação consistiu na troca dos encargos de variação cambial mais juros de 2,31% a.a. por CDI acrescido de 0,29% a.a. Em 31 de março de 2014, o valor justo apurado a pagar nesta operação foi de R\$2.601 (R\$267 em 31 de dezembro de 2013)

- (d) Metodologia de cálculo do valor justo dos derivativos

São avaliados pelo valor presente, à taxa de mercado, na data-base do fluxo futuro apurado pela aplicação das taxas contratuais até o vencimento. Para os contratos com limitador ou duplo indexador foram considerados, adicionalmente, a opção embutida no contrato de swap.

- (e) Metodologia de cálculo da efetividade dos hedges

As operações de *hedge* da Companhia são realizadas com o intuito de buscar proteção contra as oscilações da moeda estrangeira de suas importações de máquinas e equipamentos. Tais operações são classificadas como *hedge accounting*.

A companhia comprova a efetividade desses instrumentos com base na metodologia "Dollar offset", que é comumente utilizada por participantes do mercado de derivativos. Tal metodologia consiste em comparar o valor presente, líquido de exposições futuras em moeda estrangeira, de compromissos assumidos pela Companhia, com derivativos contratados para tal proteção cambial.

Em 31 de março de 2014, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente das operações de *hedge* da Companhia.

(f) Ganhos e perdas no período

Haja vista o fato de que a Companhia comprova a efetividade das operações de *hedge accounting* realizadas, as perdas e os ganhos verificadas nessas operações de derivativos são reconhecidas em contrapartida dos bens *hedgedos* (ativo imobilizado) como parte do custo inicial do bem no mesmo momento da contabilização do ativo. Em 31 de março de 2014 o montante de R\$1.135 foi transferido do patrimônio líquido e deduzido no custo inicial dos equipamentos.

A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta de outros passivos, no balanço patrimonial, em contrapartida da conta de ajuste de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

Em 31 de março de 2014, o total dos ganhos não realizados com contratos futuros de moeda, reconhecido em “Outros resultados abrangentes”, acumulado no Patrimônio Líquido dentro da rubrica ajuste de avaliação patrimonial e relacionado a essas compras futuras previstas, era de R\$227 negativos (R\$5.188 em 31 de dezembro de 2013). A previsão é de que as compras ocorrerão no próximo exercício, quando o valor então diferido no patrimônio líquido será incluído no valor contábil dos equipamentos importados.

(g) Derivativos embutidos

Todos os contratos com possíveis cláusulas de instrumentos derivativos ou títulos e valores mobiliários a serem realizados são avaliados pela Gerência Financeira em conjunto com a equipe jurídica, antes das assinaturas, para que haja orientação a respeito da realização eventual dos testes de efetividade, estabelecimento da política contábil a ser adotada e da metodologia para cálculo do valor justo.

A Companhia atualmente não detém contratos com derivativos embutidos em aberto.

(h) Valor e tipo de margens dadas em garantia

As operações existentes de derivativos de moeda estrangeira não exigem depósito de margem de garantia.

25.4. Análise de sensibilidade

Abaixo, segue o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração, considerando um horizonte de um ano. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Comissão de Valores Mobiliários, por meio da Instrução nº 475/2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III):

<u>Dívida</u>	<u>Indicador</u>	<u>Atual</u>	<u>Efeito no resultado</u>		
			<u>Provável</u>	<u>25%</u>	<u>50%</u>
BNDES	TJLP	(22.232)	(1.404)	(1.419)	(1.434)
Leasing	CDI	(5.542)	(2.471)	(2.533)	(2.594)
Capital de giro	CDI	(38.608)	(4.110)	(5.100)	(6.085)
1ª Emissão de debêntures	CDI	(282.975)	(22.126)	(28.380)	(34.555)
2ª Emissão de debêntures					
1ª Série	CDI	(162.892)	(18.044)	(22.764)	(27.417)
2ª Série	IPCA	(125.075)	(14.827)	(16.532)	(18.415)
	Total	<u>(637.324)</u>	<u>(62.982)</u>	<u>(76.728)</u>	<u>(90.500)</u>
			Variação	21,83%	43,69%

<u>Referências</u>	<u>31/03/2014</u>		
	<u>Provável</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Taxas		25%	50%
CDI (%)	12,00%	15,00%	18,00%
TJLP (%)	5,00%	6,25%	7,50%
IPCA(%)	5,84%	7,30%	8,76%
US\$	2,55	3,19	3,83

A análise de sensibilidade apresentada acima considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constantes as demais variáveis, associadas a outros riscos.

26. SEGUROS

A Companhia mantém política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, contrata seguros, cuja natureza e cobertura estão indicados a seguir até 31 de março de 2014.

<u>Natureza dos seguros</u>	<u>Importâncias seguradas (em milhares de reais)</u>
Equipamentos Rental	959.263
Patrimonial	279.830
Responsabilidade civil	50.600
Responsabilidade civil de administradores	30.000
Veículos	2.972

27. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de março de 2014, a Companhia adquiriu a prazo R\$50.568 em equipamentos e R\$1.629 em ativo intangível como atividade de investimento não envolvendo caixa, portanto esse investimento não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa (R\$32.837 em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de março de 2014, A Companhia efetuou baixas de títulos vencidos até 5 anos no valor total de R\$4.083 que não refletiram na demonstração dos fluxos de caixa.

Em 31 de março de 2014, os saldos de R\$688 referente a instrumentos financeiros derivativos, não está refletido na demonstração dos fluxos de caixa.

28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 2 de abril de 2014, a Companhia anunciou a intenção de oferta de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor de R\$200 milhões, com vencimento em cinco anos. As debêntures serão emitidas em série única e remuneradas por um determinado percentual a ser definido de acordo com o procedimento de *bookbuilding*, e, em qualquer caso, limitado a 109,25% da taxa DI.
